EM TEMPOS DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, EXISTEM MELHORES PRÁTICAS PARA O RESGATE E O ABRIGAMENTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA? UMA REVISÃO DA LITERATURA

Michelle França Rabelo Cunha [1];Nilo Antônio de Souza Sampaio [2]& Carin von Mühlen [3]

Palavras-Chave – Redução de riscos de desastres, Pessoas com deficiência, Grupos multidisciplinares.

INTRODUÇÃO

Com o aumento do número, da intensidade e do impacto em vidas humanas dos desastres, em função do crescimento da população global e das mudanças climáticas, têm crescido as necessidades globais de estruturas de gestão de desastres mais resilientes. Além das perdas materiais e do custo da reconstrução, existe uma preocupação ainda maior: a de salvar ou proteger vidas, ONU (2015). Conforme Calgaro, Villeneuve, Roberts (2020) as pessoas com deficiência (PCDs) são as que mais sofrem com os desastres. Neste grupo incluem-se as pessoas que acabam por adquirir uma deficiência, momentânea ou definitiva, física e/ou mental, em decorrência de um desastre. Estudos sobre mortes em terremotos no Japão e em Taiwan discutidos por Ton *et al.* (2019), mostram que o risco de morte para pessoas com deficiências físicas pré-existentes em comparação com aquelas sem deficiências quase dobrou em relação ao restante da população.

Como apresentado por Miller, Le De, Hore (2025), a gestão de riscos e desastres global é historicamente conduzida por estruturas militarizadas, muitas delas treinadas em combate de guerra, onde cada risco é avaliado de forma única e isolada, sem somar os efeitos cumulativos dos riscos. Somado a isso, as equipes envolvidas raramente possuem treinamento específico para resgate e abrigamento de pessoas com diferentes tipos de deficiência e de suas principais necessidades e barreiras, porém tudo isso tem melhorado com o decorrer do tempo e o avanço na gestão de desastres, Calgaro, Villeneuve, Roberts (2020). No Brasil, o órgão de proteção e defesa civil tem feito avanços, cadastrando núcleos comunitários e promovendo treinamentos, capacitando-se e criando alertas precoces, BRASIL (2021). Todavia, ainda enfrentamos dificuldade em encontrar informações em registros de pessoas resgatadas e abrigadas que contenham informações sobre tipos de deficiência e, muitas vezes, sobre a existência de deficiência, sendo outras características priorizadas nos protocolos de registro. Essa ausência de informação é um indicativo da invisibilidade da população mais impactada por desastres, que necessita de estratégias específicas para mitigar a forma desproporcional de sua exposição. Como resultado, muitas PCDs acabam se colocando em risco ao permanecer em suas próprias casas por saberem que não serão acolhidas nos abrigos da forma que necessitam, Good, Phibbs, Williamson (2016).

Para enfrentar essa realidade, foram selecionados artigos científicos que discutem boas práticas e estratégias específicas para o resgate e o abrigamento de pessoas com deficiência, priorizando os trabalhos contextualizados sob a perspectiva das pessoas com deficiência. A discussão

1) Mestranda em Engenharia Ambiental (PEAMB), Faculdade de Tecnologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FAT-UERJ), Resende - RJ michelle.rabelo@uerj.br
2) Professor, PEAMB, Faculdade de Tecnologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FAT-UERJ), Resende – RJ, nilo.sampaio@fat.uerj.br
3) Professor, PEAMB, Faculdade de Tecnologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FAT-UERJ), Resende – RJ, carin@fat.uerj.br

dessas experiências trouxe uma lista de boas práticas estratégicas que podem ser aplicadas, buscando a mudança de paradigma e de percepção sobre a deficiência no contexto da gestão de desastres no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica exploratória foi realizada nas bases de dados ScienceDirect, ResearchGate, Capes Periódicos e Google Acadêmico, considerando o período entre 2016 a 2026. A pesquisa inicial considerou as palavras-chave "salvamento e resgate de pessoas com deficiência", em português e em inglês. Foram selecionados para a discussão, 6 (seis) documentos, entre artigos e capítulos de livros, com acesso aberto, que sugerem inclusão de práticas para melhorar o salvamento e acolhimento de pessoas com deficiência, em situações de desastres. A ferramenta de IA utilizada para revisão textual foi o aplicativo Grammarly.

RESULTADOS

O artigo escrito por Good, Phibbs, Williamson, (2016), apresenta entrevistas com pessoas cegas na faixa etária entre 45 a 90 anos de idade que sobreviveram a uma sequência de terremotos na Nova Zelandia. Os relatos, na perspectiva das pessoas com deficiência, descrevem como foi o enfrentamento da situação de desastre sem apoio e sugerem alguns pontos a serem trabalhados.

O capítulo do livro de Calgaro, Villeneuve e Roberts (2020) apresenta trabalhos realizados na Austrália com comunidades surdas e na Tailândia, nas Filipinas e no Camboja com pessoas com diferentes tipos de deficiência e sugere melhores práticas para resgatar e abrigar pessoas com deficiência em situações de risco de desastres. Já os documentos de autoria de Goswami, Ahmad (2025), Gunarathna, Premarathne (2024), Istiarsyah e*t al.* (2023), Pakjouei *et al.* (2021), apresentaram a estrutura de resgate e salvamento em seus países e sugeriram boas práticas para melhorar a eficiência das ações.

Dentre as boas práticas apresentadas nesses trabalhos, podem ser destacadas 5 estratégias estruturantes fundamentais:

1. Protocolos de registro de resgate e abrigamento que incluem registros das informações de PCDs por tipo de deficiência.
2. Criação de grupos multidisciplinares incluindo as PCDs nos debates da gestão de risco de desastres para criar uma troca de informações entre as pessoas com deficiência e as pessoas que trabalham com a gestão de risco de desastres. Isso permite que sejam apresentadas as suas reais necessidades e que contribuam para uma gestão sistêmica do risco de desastres, abrangendo um macroambiente. Esses grupos, além de fazer simulações para que todos entendam como agir e para onde ir em situação de desastre, também serviriam de vínculo e ponto de apoio para as PCDs.
3. Sistema multimodal de alerta precoce de risco de desastres, para que as pessoas, principalmente as pessoas com deficiência e os idosos, que precisam de mais tempo para se locomover, recebam a informação, independentemente do tipo de deficiência.
4. Goswami, Ahmad (2025), sugeriu a inclusão de debate e treinamento sobre esse assunto em todas as escolas, para que as crianças, principalmente as com deficiência, consigam agir e recebam auxílio de outras pessoas nesses momentos de emergência, de forma planejada.
5. Acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais para atendimento das pessoas antes, durante e depois dos desastres.

As boas práticas propostas estão alinhadas ao Acordo de Sendai, ONU (2015), que reconhece o protagonismo das PCDs na estrutura de gestão de desastres. Essa estratégia reduz o viés de complexidade na gestão de desastres, que tende a atribuir características complexas a agentes que, na verdade, se revelam bastante simples quando descritos pelas pessoas que vivenciam a deficiência, Carmichael, Hadžikadić, (2019).

No Brasil a Defesa Civil tem realizado cadastro de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil - NUPDECS em todo o Brasil, disponibilizado cursos voltados a treinamento e capacitação tanto dos socorristas, quanto da população geral, incluindo as pessoas com deficiência, on-line, gratuito e acessível a todos, para que haja a troca de informação necessária. Tem realizado visitas e palestras em escolas. Faz o mapeamento das áreas de risco e envia alertas precoces sobre possíveis situações de risco a todas as pessoas cadastradas, por meio de SMS (mensagens de texto curtas). Com exceção do sistema de mensagens e alertas que todos os brasileiros já conhecem, os demais feitos, precisam ser mais divulgados, para que mais pessoas participem, aprendam sobre como devem se preparar para agir e troquem informações para ajudar quem precisa em momentos de emergência, BRASIL (2021).

CONCLUSÕES

As boas práticas propostas com base na literatura priorizaram 5 ações estruturantes que alteram significativamente a forma desproporcional como os PCDs são afetados por desastres. Essas ações podem ser planejadas em paralelo, considerando a participação de PCDs no processo. Essas estratégias reduzem o viés da complexidade, considerando que as pessoas mais afetadas e conhecedoras de suas próprias necessidades possam contribuir nas etapas de planejamento dos sistemas de alerta, resgate e abrigamento. A mudança de paradigma do enfrentamento social a desastres modifica o papel das pessoas vulneráveis e invisibilizadas, atendidas de forma improvisada e insuficiente, como atores do processo de gestão de desastres e na busca de soluções eficazes.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2021). Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. "*Boas Práticas em Proteção e Defesa Civil"*. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/boas-praticas. Acesso em: 18 junho 2026.

CALGARO, E; VILLENEUVE, M; ROBERTS, G. (2020) "*Inclusion: Moving beyond resilience in the pursuit of transformative and just DRR practices for persons with disabilities"*, in Natural hazards and disaster justice: Challenges for Australia and its neighbours. Singapore: Springer Singapore. pp.319-348.

CARMICHAEL, T.; HADŽIKADIĆ, M. (2019). *"The Fundamentals of Complex Adaptive Systems",* in Complex Adaptive Systems. Understanding Complex Systems. Org. por Carmichael, T.; Collins, A.J. e Hadžikadić, M. Springer Cham, Switzerland, pp.1-16.

GOOD, G. A., PHIBBS, S., & WILLIAMSON, K. (2016). "*Disoriented and immobile: The experiences of people with visual impairments during and after the Christchurch, New Zealand, 2010 and 2011 earthquakes"*. Journal of Visual Impairment & Blindness, v.110, n.6, p.425-435.

GOSWAMI, T., & AHMAD, A. (2025). "*Integrating disability into disaster management education in India: A critical review"*. International Journal of Disaster Risk Management, v.*7* nº1, p.163-176.

GUNARATHNA, I., & PREMARATHNE, P. (2024). "*Sensitisation of disaster relief operations towards persons with disabilities"*. In Climate-Related Human Mobility in Asia and the Pacific: Interdisciplinary Rights-Based Approaches. Springer,Singapore, pp.51-68.

ISTIARSYAH, I., KAMARULLAH, K., SETIAWAN, R., & DAWI, A. H. (2023). "*Improving Disaster Preparedness Services for People with Disabilities*". Journal of ICSAR, v.*7*, *n.*2, p.248-261.

MILLER, T., LE DE, L., & HORE, K. (2025). "*The adaptive shift: Embracing complexity in disaster and emergency management"*. International Journal of Disaster Risk Reduction, v.119, p. 1-13.

ONU. (2015). "*Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030"*. Genebra: Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), 37 p.

PAKJOUEI S, ARYANKHESAL A, KAMALI M, SEYEDIN H, HEIDARI M. (2021). "*Earthquake and the Educational Needs of People With Physical Disabilities and Associated Groups*: *A Qualitative Study"*. Archives of Rehabilitation (Previously Named "Journal of Rehabilitation"), v.22, n.1, p.48-65.

TON, K. T., GAILLARD, J. C., ADAMSON, C. E., AKGUNGOR, C., & HO, H. T. (2019). "*Expanding the capabilities of people with disabilities in disaster risk reduction*". International Journal of Disaster Risk Reduction, v.34, p.11-17.

AGRADECIMENTOS

À FAPERJ pelo apoio financeiro, por meio do Edital nº 26/2024 – Programa de apoio ao pesquisador com deficiência em ICTs do Estado do Rio de Janeiro – 2024.